



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2016

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezessete, no plenário da Câmara de Vereadores de Pitanga, com a presença dos senhores vereadores Jorge Pittner, Eloy de Lurdes Ottoni, José Veres, Sidiney Heidemann, Silmar Cardoso dos Santos e Eliseu Latczuk. Compareceram representando o Executivo Municipal os senhores Willian Barbosa, Secretário Municipal de Administração; Ladislau Pietrovski, Secretário Municipal da Fazenda; Clóvis Finatto, chefe do departamento de administração. O vereador Sidiney Heidemann, vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, presidindo este ato, declarou aberta a audiência pública para maior publicidade e esclarecimentos sobre o projeto de lei complementar nº 7/2016 de autoria do Executivo. Compôs a mesa de trabalho com os senhores vereador José Veres, presidente da Câmara, Willian Barbosa, Secretário de Administração, Ladislau Pietrovski, secretário municipal da Fazenda e Clóvis Finatto, chefe do departamento de tributação. O presidente Sidiney explicou detalhadamente como funcionaria a audiência em relação às perguntas a serem feitas pelos vereadores e pelos demais presentes. O vereador Sidiney Heidemann passou a palavra ao vereador Silmar Cardoso dos Santos, que após cumprimentar os presentes passou a leitura de seu relatório e voto ao projeto em questão. O vereador apresentou o embasamento legal que o fez solicitar tal audiência pública e solicitou ao senhor Ladislau que iniciasse sua fala. O senhor Ladislau cumprimentou os presentes, agradeceu a oportunidade e falou de sua tristeza pela pouca participação popular. Falou que este projeto foi apresentado pelo gestor passado. Comentou que ainda não tem aprofundamento muito grande sobre os levantamentos desses valores contidos no projeto. Falou que encontraram um contrato que foi firmado entre o gestor anterior com uma empresa de Londrina com o intuito de elaborar a revisão do plano diretor do município de Pitanga, conforme o Estatuto das Cidades. Falou que há grande preocupação do atual gestor a manter programas e projetos iniciados pelo gestor anterior, e que é isto que estão buscando fazer agora. Falou que este projeto leva a alguma preocupação porque o valor dos imóveis terá salto bastante representativo, gerando um aumento do imposto predial a ser recolhido pelos municípios. Comentou sobre o atropelo no envio deste projeto, pois a legislação prevê que todo gestor deve fazer esta revisão do plano a cada dez anos, e como o prazo estava findando, o projeto não foi tão amplamente discutido com a sociedade. Comentou que ele mesmo por acaso participou de uma das audiências no final do ano passado, ao passar pela Casa Legislativa. Falou que os representantes da empresa estavam aqui e faziam sua explanação do projeto. Comentou que de todos os funcionários que participaram da elaboração deste projeto, nenhum faz parte da administração atual e que os funcionários atuais desconhecem o projeto. Ressaltou que ele convidou os representantes da empresa a participar hoje desta audiência, entretanto eles não aceitaram o convite. Considerou que a avaliação feita pela empresa foi justa. Comentou que se este projeto for aprovado realmente haverá um aumento de recolhimento e este aumento tenderá a retornar aos municípios como benefícios e serviços. Falou que fez um comparativo com alguns exemplos de imóveis e apresentou-os, demonstrando que em alguns casos o acréscimo seria de cento e um por cento, que este valor assusta ao contribuinte, mas que este valor deveria ter sido escalonado. Confirma que a valorização dos imóveis é necessária e que ainda assim, os valores não representariam a



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br

realidade. Comentou que uma saída seria praticar acréscimo de forma escalonada. Apresentou que o maior impacto seria nos imóveis da região central da cidade e que muitos imóveis que estão construídos na região periférica da cidade, teriam seus impostos reduzidos, e isto seria uma contribuição social, uma justiça com aqueles que menos podem pagar. Sugeriu que este projeto não seguisse para votação tão imediatamente, para que pudesse ser reavaliado por todos. Lembrou que quem enviou o projeto foi o gestor passado, mas que quem irá aprovar ou desaprovar são os vereadores da atual legislatura, em sua grande maioria novos nesta Casa. Comentou que com este projeto de lei o que se busca é uma valorização dos imóveis e para alguns será um equilíbrio social, a alíquotas serão as mesmas. Comentou que os imóveis devem ser reavaliados em sua estrutura e condições, e esta avaliação deve ser feita por uma comissão com este objetivo, que não está formada ainda. Falou que o imposto deste ano ainda está obedecendo à lei que está vigente, portanto não houve esta valorização nos carnês entregues neste ano e que o projeto sendo aprovado só poderá ser aplicado no ano que vem. Comentou que ao aprovar este projeto o impacto pode ser bastante negativo junto à sociedade, quando se fala em aumento de cem por cento. E como sugestão diz que é melhor discutir um pouco mais o projeto para não causar também prejuízo político aos vereadores. Afirmou que ao Executivo importa a aprovação deste projeto da maneira que se encontra, pois com recursos maiores é melhor para atender às necessidades dos municípios. Comentou sobre a disparidade que ocorre entre o imposto cobrado sobre a propriedade de um veículo e o imposto cobrado sobre a propriedade de um imóvel. Colocou-se à disposição para discutir com os vereadores este projeto excetuando a parte relacionada às tabelas, por não ter participado da elaboração destas, e a empresa responsável por fazer este trabalho, considerou que o trabalho foi totalmente prestado, portanto recusou-se a participar desta audiência hoje. Mas isso não significa que não possa a prefeitura entrar em contato novamente com a empresa para ter maiores informações. O vereador Silmar abriu para o momento de perguntas e considerações. O vereador Sidiney perguntou se o gestor atual não poderia retirar o projeto de pauta, e foi respondido que era impossível ao gestor por caracterizar a renúncia de receita e a legislação não permite. O vereador Jorge após cumprimentar os presentes comenta sobre a questão econômica e comercial do município. Falou sobre a reavaliação imobiliária que foi feita na gestão anterior e o grande impacto que causou. Perguntou se este é o momento de fazer esta reavaliação, com a crise que está à vista de todos. Outra pergunta é sobre qual o valor que está sendo colocado na região central para o IPTU. Perguntou qual a inadimplência do IPTU. Fechando o plano decenal, ele calculou que seria em 2019, lembrando da reforma tributária refeita. Sugeriu que os vereadores não podem votar este projeto, falou de sua tristeza pela ausência da população, mas que cabe a eles vereadores representando as pessoas, estudar e paralisar este projeto, pois no momento não podem votar este projeto do dia para a noite, pois considerando que mesmo os secretários presentes têm dificuldades de entender este projeto. Considerou necessário montar uma comissão para estabelecer os valores reais. O secretário Ladislau, começou informando que a inadimplência é por volta de quarenta por cento, que há muitas execuções tramitando e que o Executivo está estudando a possibilidade de parcelamento de impostos vencidos. Não tem certeza do decênio, se é 2009 ou não. Falou que houve aumento de impostos por fator de melhorias que ocorreu e ainda

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



acontece, embora isso ainda deva ser normatizado, a contribuição de melhoria hoje não está sendo aplicada no município, se tivesse sendo aplicada anteriormente, a situação talvez fosse outra, não dependendo dessa reavaliação. Afirmou que não há outra forma em relação a tramitação deste projeto, ou se faz isso agora ou agora, como já foi afirmado no início, o Executivo é obrigado a apresentá-lo neste momento. O senhor Ladislau explicou alguns critérios que são utilizados para fazer o cálculo de avaliação que irá oferecer o valor venal do imóvel. O secretário comentou que há falta de imóveis para construção ao passo que há pequenos latifundiários dentro da cidade. O vereador Jorge perguntou se o imposto é crescente ou decrescente em relação aos imóveis não construídos na cidade. O secretário falou que há um cálculo crescente para estes imóveis que não estão construídos. O vereador Jorge questionou sobre a questão dos ribeirinhos. O senhor Ladislau falou que a tabela do projeto contempla estes proprietários e avalia os imóveis quanto a categoria se imóvel simples ou de luxo, ou alto padrão, ressaltou que até mesmo a piscina influi no cálculo do imóvel. O estado de conservação e a idade do imóvel. Enfatizou que para realizar este cálculo a pessoa precisa realmente estar preparada para isso. Tudo isto está previsto nesta tabela para estabelecer o valor do imóvel. Comentou que devido a complexidade deste trabalho, por questões internas o Executivo não conseguiria realizá-lo este ano. O vereador Sidiney comentou que diante do exposto, o gestor passado foi condizente com o equilíbrio social que foi atingido com êxito na elaboração do projeto. O vereador ressaltou que o ponto negativo deste projeto é o momento. Comentou que as pessoas que tem imóveis na área central ou comercial, que serão as mais atingidas por esta revisão do imposto, são os que mais empregam, e nas periferias os que são empregados pelos primeiros. Ressaltou que se utilizando uma taxa de imposto maior, neste momento de crise no país, pode comprometer a empregabilidade, por sacrificar os empresários. Além de aumentar a inadimplência, que já é grande, com o aumento de impostos aumentará mais ainda esta inadimplência. Comentou que é importante aumentar a arrecadação, mas o município deve também fazer seu dever de casa e reduzir suas despesas. O vereador comentou sobre o interesse do Executivo em aumentar a arrecadação, mas lembrou que no exercício passado houve superávit de arrecadação. Falou que é emergencial a criação desta comissão, observando que o prazo é curto e o município tem muitas residências. Buscar os meios legais para que o projeto receba emendas, talvez redução de alíquota, que mesmo com a reavaliação do imóvel o aumento do imposto não seja tão expressivo. Comentou que os proprietários conhecem o real valor de seus imóveis e não venderão pelo valor venal do imóvel. Falou que é preciso buscar meios legais para que esse projeto não pese tanto no bolso do contribuinte. Que os quarenta por cento dos inadimplentes vão aumentar. Precisamos pensar que os reflexos desta crise persistirão por longo tempo, que em dois mil e dezoito ainda estaremos sofrendo as conseqüências dela. O vereador pediu ao presidente da Casa para que, junto com o jurídico da Câmara procure meios legais para que este projeto não cause um impacto tão grande na vida do contribuinte. Comentou que os donos de imobiliárias deveriam estar presentes, porque eles são também interessados. O vereador Silmar comentou que ele mesmo convidou alguns donos de imobiliárias. O vereador Sidiney falou que ele também convidou, mas que eles não devem desistir de continuar a convidá-los. O secretário falou que o escalonamento é permitido pela

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br

legislação. Falou que os inadimplentes quando vão à prefeitura e dizem que não pagam o imposto devido por não ver retorno dos recursos. Comentou que este é um quadro que se apresenta no país. Comentou que caso haja uma majoração do imposto, mas o contribuinte veja retorno nos serviços prestados pelo município, ele acredita que não haverá revolta. Comentou sobre municípios vizinhos em que o imposto aumentou, inicialmente houve reclamações, mas quando a população percebeu que o imposto estava retornando em serviços melhores, passou a apoiar. Quanto ao superávit, o secretário falou que este veio em momentos de "vacas gordas" e hoje não, pois até os repasses federais já caíram em quinze por cento. Comentou que a folha de pagamento do município reduziu a contratação de cargos comissionados e mesmo assim já "acendeu a luz amarela", que mesmo precisando de pessoas para ajudar nos trabalhos do município, não se pode contratar. Outra questão é a formação desta comissão solicitada pelo vereador, mas essa comissão deve ser uma prestação de serviço ao município sem remuneração, por isso as pessoas devem ser realmente interessadas. Pensamos em não encaminhar os carnês de IPTU, entretanto resolvemos enviar para que pudessemos fazer esse cadastramento já. Ele acredita que todo o processo é possível de fazer mesmo com o tempo bastante exíguo. O vereador Veres perguntou sobre esta avaliação que está sendo feita agora. O secretário falou que o correto seria fazer uma medição dos imóveis em todo município, entretanto o ideal no momento é fazer esta reavaliação mais superficial, mas um pouco mais condizente com a realidade. O vereador Veres perguntou se esse acréscimo poderia ser escalonado em vários anos. O secretário disse que se os vereadores votarem desta forma isso seria possível. O vereador considerou que a esperança é que no futuro o país apresente reação econômica e isso não pese tanto para o contribuinte no futuro. O secretário comentou que o Executivo está aberto a ajustes e discussão, mas que o Legislativo é que precisa entrar em contato. O vereador Veres sugeriu que este aumento seja escalonado em dez anos. A vereadora Eloy comentou que conversou com o secretário Willian e com o secretário Pietrovski, mas que não é possível ao Executivo a retirada do projeto. Ela considerou que o momento não é propício para aprovação deste projeto. Ela questionou se a empresa considerou alguns itens para a elaboração do projeto tais como, renda da nossa população, a realidade econômica do município. Afirmou que foi contratada uma empresa de uma cidade que tem um padrão de vida alto, com moradias de cidade de grande porte. E considerou que nesta comissão que deva ser constituída, as pessoas devem ter conhecimento para fazer avaliação. Julgou ser um desgaste para os vereadores, pois esta comissão não será bem vista. Que hoje os vereadores não tem argumentos para defender este projeto e o impacto cairá sobre o legislativo e sobre a administração. A vereadora perguntou sobre os terrenos e moradias nos bairros e se foi elaborado um cálculo para esta apresentação. O secretário disse que não foi realizado este cálculo das regiões periféricas, mas já sabe que o impacto é bem menor. Falou que a empresa elaborou seus cálculos consultando construtoras, e que esta foi a informação que ele obteve. Comentou sobre um imóvel localizado no Bairro Sant'Ana que terá um acréscimo de quarenta e três por cento, mas considerou também que este bairro ainda não é considerado tão periférico. O secretário apresentou aos vereadores sua preocupação em paralisar um projeto destes e não ocorrer nenhuma correção, porque torna-se insustentável a situação do município se a correção não houver no mínimo legal,

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



haverá uma deflação, o que seria uma maledicência com o município. O vereador Eliseu comentou que todos ali tem conhecimento da realidade do município, que muitas casas comerciais estão fechadas, e muitos locatários pagam o IPTU através do seu aluguel, obviamente que vai impactar, porque os comerciantes conhecem o tamanho da carga de impostos que são pagos. O município de Pitanga tem dezoito mil pessoas aptas a trabalhar, mas temos menos de quatro mil com carteira assinada, não temos geração de emprego e isso pode trazer mais prejuízo para a geração de emprego. O vereador Eliseu comparou que o imposto do município de Ivaiporã é menor que o nosso, entretanto é um município com hospital regional. Falou que os valores apresentados por metro quadrado estão muito altos para nossa realidade. Ressaltou que não pode comparar um veículo com uma moradia, o veículo não é necessidade a moradia é. O vereador não vê a necessidade de aumentar a arrecadação, pois o município prevê para este ano mais de oitenta milhões. Por esta razão acredita que a melhor opção é retirar este assunto de pauta no momento, pois o país está atravessando uma crise muito severa e com a aprovação, muitos imóveis terão aumentados assustadoramente os seus impostos. E comentou que todos sabem que ao mexer no bolso da população será muito complicado e que o mais inteligente no momento é retirar, caso tenham este prazo. Falou que muitos que deveriam estar nesta audiência não estão. Lembrou que algumas pessoas estão emplacando seus veículos em Santa Catarina por ter uma alíquota menor. Falou que se tentarem manter o trâmite deste projeto assim, a Câmara se tornará uma sala de guerra, onde as pessoas virão munidas de faixas, pedras e ovos, que quem votar a favor terá que suportar. Então ele julga que é melhor retirar, para não criar constrangimento para ninguém, nem para o Executivo e nem para o Legislativo, para que este projeto retorne quando a realidade não estiver tão turbulenta. O secretário comentou que esta arrecadação que o vereador citou, é uma previsão de aumento, inclusive contando com este aumento de IPTU. Então hoje o município não pode contar com este recurso, o município precisa trabalhar para arrecadar. É prudente que se verifique a questão legal, porque este projeto de lei é parte de um projeto maior, e sendo retirado este, torna-se prejudicado todo o demais. O vereador Silmar perguntou que se acaso este projeto fosse desaprovado em plenário, significaria que o Executivo só poderia reapresentar projeto semelhante daqui a dez anos, ou poderá fazer isso depois. O secretário comentou que pode retornar no próximo ano fiscal. O vereador perguntou se por acaso fosse aprovado, o imposto seria cobrado em dois mil e dezoito ou dois mil e dezenove? O secretário falou que se ele tivesse sido aprovado no ano passado, já estaria valendo para este ano, e se for aprovado neste ano, já valeria para dois mil e dezoito. O vereador Silmar também perguntou se foi realizada uma comparação com os municípios circunvizinhos do mesmo porte? O secretário comentou que não podem responder esta pergunta, pois não acompanharam o desenvolvimento do trabalho e as pessoas envolvidas, hoje não fazem parte da administração. O secretário comentou que hoje tem imóveis "nus" em Pitanga que valem mais que imóveis construídos em Guarapuava. O vereador Veres comentou que muitos imóveis hoje em Pitanga são mais caros que os imóveis em Guarapuava, e considerou o melhor caminho deixar o projeto passar, tramitar, e os vereadores rejeitarem e no futuro rever esta questão. A vereadora Eloy comentou que há uma possibilidade de que se aprove o projeto de uma outra maneira, não com esta base de cálculo, nem com esses índices

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large stylized 'M' on the left and several smaller signatures on the right.]



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br

que estão no projeto. O município terá uma perda, encaminhou este projeto porque contratou um serviço, pagou uma empresa para realizá-lo, mas apenas para cumprir a legislação pode enviar outro projeto com outros índices, outros valores que estejam mais próximos da nossa realidade. A vereadora comentou que hoje no setor de tributação hoje não se libera mais documentos para registro sem o imóvel estar saindo dentro do valor real. Então já se está cobrando dentro do valor do imóvel aquele imposto, mas agora se aumentar estes percentuais, teremos na sociedade uma reação muito negativa. Falou que o próprio diretor do departamento de tributação pode confirmar, pois antigamente as "cinzas" como se falavam, jogavam um valor bem inferior para não pagar muito, mas agora não consegue sair um valor assim. O secretário comentou que a vereadora está se referindo ao ITBI, e que segue uma avaliação feita pelo estado. A vereadora comentou que Este é o seu posicionamento, e que a população só tem pago cada vez mais impostos e que é importante pensar na situação que estamos vivendo. O vereador Jorge ressaltou a importância do diálogo entre Executivo e Legislativo. Lembrou que quando foi feita a outra audiência pública para a implantação do Código Tributário, ele não era vereador, ma lembra que propôs como o Vereador Veres que não fosse cobrado tudo de uma vez. Ao invés disso o Executivo cobrou tudo em uma única vez e no caso dele houve um acréscimo de quatrocentos por cento. Ele falou que concorda com todos os vereadores que ressaltaram a dificuldade econômica do país e do município, comentou que as lojas de materiais de construção estão demitindo pessoas. Ressaltou que a construção civil parou. Falou que seu entendimento é de que pode ser retirado agora, ainda há tempo, e que mesmo que o município tenha perda por já ter pago este projeto, mas procurar fazer uma coisa mais coerente, fazer que seja gradativamente, trazer o cidadão para participar. Citou como exemplo uma cidade de Santa Catarina onde há um aumento anual e gradativo. Esta é uma situação que deve ser vista com cautela. Ele disse que é povo e ouve o povo. O vereador deu como sugestão, a cópia de um projeto em uma cidade que o prefeito determinou que todo aumento do IPTU será investido em pavimentação, e propôs que se fizesse isso em Pitanga, um comprometimento com a população e quando a população perceber que as benfeitorias estão sendo feitas, até os inadimplentes voltarão a pagar. Reafirmou seu posicionamento para a retirada do projeto e colocou-se à disposição para compor a comissão de avaliação dos imóveis. Falou para o secretário que na prefeitura há uma equipe muito boa e que conhece bem o município. O vereador Eliseu perguntou qual o percentual que o IPTU ocupa do orçamento do município. O secretário Ladislau disse que não sabe exatamente, mas sabe que o percentual é bem significativo. O secretário disse que o princípio da discricionariedade, em que o gestor faz a aplicação naquilo que ele julgar necessário a população. O secretário comentou que percebeu que a maior preocupação hoje é quanto a retirada ou não do projeto, mas o secretário comentou que este projeto faz parte de um maior que foi retirado por vícios e falhas, que talvez por atropelo em ser apresentado a esta Casa foi feito assim, e o Executivo julgou melhor retirar para adequá-lo dentro das normas. O vereador Jorge falou que ele era o relator da matéria e pediu a retirada e foi atendido. O vereador lembrou que são sete leis e que veio somente uma lei e todos os outros temas vieram como anexos em branco. O secretário confirmou a retirada e falou que não lhe cabia dar palpites ao que esta Casa iria fazer, porque há o lado jurídico, o lado econômico e o

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br - camara@camarapitanga.pr.gov.br



lado político, onde os três se entrelaçam neste caso. O vereador Veres falou que concorda com o vereador Jorge que é necessário dar um incentivo ao contribuinte, que ele mesmo já deu essa idéia ao prefeito para cada vez escolher um bairro, fazer um sorteio, e todo ano fazer melhorias no bairro sorteado. O Secretário Ladislau comentou que a arrecadação do IPTU não é prudente que seja voltada só para a pavimentação, é preciso que se pense na infra estrutura, que as verbas do IPTU são para tudoisso. Comentou que além da pavimentação há a iluminação pública, o esgoto... Falou que a taxa de iluminação pública é outra, é cobrada. Mas esse recurso o prefeito pode utilizar como julgar necessário, porque se deixar essa verba "carimbada" talvez sofra prejuízos por faltar em outra área. Falou que a sugestão é bem vinda e precisa ser discutida. O vereador Sidiney falou que do ponto de vista de administração pública, ele não tem certeza, mas acredita que talvez o prefeito não possa fazer essa determinação. O vereador Jorge disse que acredita ser possível se o prefeito reservar os percentuais constitucionais da educação e da saúde. O vereador Sidiney comentou que ainda acredita que por meio de lei não possa haver esta determinação, porque isso "engessaria" a administração e as próximas gestões. O vereador Veres comentou que é preciso ver primeiramente o aspecto legal. Após estas considerações o vereador Silmar perguntou se há mais algum questionamento a ser feito ao secretário. Diante da ausência de manifestações o Vereador Silmar agradeceu a presença de todos e comentou que está satisfeito com a realização do evento. Agradeceu aos representantes do Executivo pelo esclarecimento sobre a matéria e passou a palavra ao vereador Sidiney, que preside esta audiência e agradeceu a presença dos servidores do Executivo, especialmente ao Senhor Ladislau. Agradeceu também aos servidores do Legislativo. Comentou que o projeto agora retorna para a pauta da Comissão de Finanças e Orçamento para receber o parecer da comissão. Sem nada mais a tratar o presidente da comissão encerrou a audiência pública da qual foi extraída esta ata que segue assinada pelos presentes.

Pitanga, 19 de abril de 2017